

FERNANDO DE AZEVEDO: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA E MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA¹

Alessandra Santos NASCIMENTO²

■ **RESUMO:** O artigo desenvolve uma reflexão acerca da contribuição de Fernando Azevedo para a institucionalização da sociologia no Brasil, dando ênfase também a seu papel no processo de modernização ocorrido no país entre as décadas de 1930 e 1960. Nesse sentido, o trabalho procura articular “texto” e “contexto”, como uma opção metodológica, e aponta como hipótese principal que a trajetória institucional e as obras de Azevedo representam um caminho profícuo para se revisar criticamente algumas das explicações canônicas sobre a história das Ciências Sociais no Brasil. Em particular, são destacadas aquelas interpretações que abordaram o tema privilegiando o processo de institucionalização como viés explicativo, inclusive, dando ênfase à década de 1960 como o seu marco inicial. Como resultado do ângulo adotado foi possível chegar a uma versão distinta, ainda que preliminar, dessa história, mostrando que Fernando de Azevedo ocupou um lugar destacado tanto para a institucionalização das Ciências Sociais quanto para o processo de modernização do país.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Fernando de Azevedo. Institucionalização. Sociologia. Intelectuais. Modernização.

Ao expressar o papel da Sociologia no Brasil, nos termos abaixo, Fernando de Azevedo revelou-nos parte de seu perfil sociológico e deixou-nos entrever de forma nuançada um dos significados que atribuiu a esta ciência:

[...] Era preciso nas condições presentes, sacrificar o homem de letras, e eu me dispus naturalmente a sacrificá-lo de certo modo, para servir à ciência e, especialmente, à sociologia que me foi particularmente útil ao técnico, ao reformador e ao político da

¹ O presente texto compreende parte de minha pesquisa de doutorado intitulada “*Fernando de Azevedo: dilemas na institucionalização da Sociologia no Brasil*”, com financiamento da FAPESP.

² Doutoranda em Sociologia. UNESP - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14.800-901 – alesantomas@yahoo.com.br

educação. [...] [A sociologia foi] útil em campos, onde quase tudo estava por fazer e os desafios eram agressivos demais para deixarmos de lhes dar respostas (AZEVEDO, 1962, p.12-13)³.

Assim, para Fernando de Azevedo, a Sociologia consistiu em um conjunto de teorias e metodologias que tinha como objeto de estudo a sociedade, a qual, no caso brasileiro, este sociólogo buscou explicar bem como intervir. Para ele não existiria uma Sociologia brasileira e, sim, uma Sociologia no Brasil – que dialoga com métodos e teorias elaborados, aplicados e aperfeiçoados por e em diferentes países. O reconhecimento do caráter “útil” desta ciência, pelo autor, deveu-se ao fato da Sociologia ter lhe possibilitado desenvolver novas idéias e procedimentos que orientaram ou reorientaram as formas de sociabilidade, o léxico científico e político e a estrutura organizacional das instituições que fundou, dirigiu e/ou reformou no país, assegurando-lhes maior racionalidade. Foi onde “[...] os desafios eram agressivos demais para [deixar] de lhes dar respostas” (AZEVEDO, 1962, p.13), isto é, foi no contexto de modernização institucional do país, desencadeada a partir da década de 1930, que se fizeram presentes as contribuições de Fernando de Azevedo, inclusive, para a institucionalização da Sociologia.

Este autor considerou a Sociologia como condição para o progresso da sociedade brasileira ao imputar-lhe um papel fundamental nos diagnósticos e nas soluções dos problemas nacionais. Para que possamos entender suas contribuições para o tema, faz-se preciso dialogar com os trabalhos de Bastos e Botelho (2005), de Pocock (2003), de Skinner (1999), dentre outros, à medida que tais textos nos impõem a necessidade de elaborar uma interpretação sobre a trajetória intelectual de Fernando de Azevedo e suas obras, que, por um lado, estabeleça os nexos com os diferentes contextos – econômico, cultural, político, histórico, léxico, etc. – que o influenciaram e com os quais interagiu. E, por outro, possibilite compreender e problematizar a literatura especializada sobre a história da Sociologia e as análises sobre o próprio Fernando de Azevedo e seus escritos.

No que se refere à história da Sociologia no país⁴, Miceli (2001, 1995, 1989, 1979), Schwartzman (1993, 1984, 1981, 1979)

³ Todas as citações presentes no artigo respeitaram a ortografia da obra de referência.

⁴ Apesar de reconhecermos a importância de problematizar as diferentes interpretações baseadas na institucionalização como fator preponderante da história da Sociologia no Brasil, semelhante abordagem será contemplada somente de modo parcial, pois uma análise minuciosa ultrapassa os limites deste artigo.

e Ortiz (2002) são alguns dos intérpretes que privilegiaram a institucionalização “[...] não apenas [enquanto] marco do nascimento das ciências sociais no Brasil, mas também chave explicativa e, no limite, critério de valorização e até mesmo de legitimação das interpretações sociais” (SEGATTO; BARIANI, 2009, p.8). Ao estabelecerem a institucionalização nestes termos, Miceli, Schwartzman e Ortiz parecem se empenhar na tentativa de anular suas obras enquanto textos, ou seja, como sistemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento, que remetem para as próprias condições de produção das idéias.

Neste caminho, os supracitados intérpretes parecem almejar apresentar sua versão, a respeito da institucionalização, não como uma explicação possível para uma determinada fase da história da Sociologia no Brasil, e sim enquanto um argumento válido para toda a história da Sociologia no país. Com semelhante hipótese sugerimos que tenha ocorrido uma espécie de transformação das obras destes expoentes, voltadas para o tema, em “memória” e, que, em decorrência disso, seus escritos passaram a ser considerados – por parte dos atores do campo de pensamento social – como “documentos”, ou seja, enquanto “trilhas seguras” para alcançar a reconstrução do passado da Sociologia no Brasil.

Esta hipótese inspira-se nas interpretações a respeito do significado do pensamento, presentes nos escritos de Skinner (1999) e de Pocock (2003). Para tais autores, salvo suas diferenças teórico-metodológicas, o pensamento representa uma força social atuante que não se limita e não se explica apenas pelo seu momento de criação, mas ecoa ao ser constantemente mobilizado e atualizado por diferentes atores sociais – ao longo do tempo e do espaço, adquirindo concretude e legitimidade – a partir de suas ações e lugares sociais ocupados. Tais considerações sobre o sentido do pensamento objetivam somente atualizar a sugestiva provocação de Segatto e Bariani (2009, p.9) a respeito do “[...] que estaria implicado na idéia de institucionalização, malgrado suas diversas formulações?”. Talvez, uma resposta, ainda preliminar, possa ser buscada na possibilidade de deslocamento, de esquecimento e, até mesmo, de deslegitimação que semelhante abordagem, da história da Sociologia no Brasil, pode propiciar de determinados autores – como Fernando de Azevedo⁵ – e de suas obras; e, em contrapartida, a reiteração e a legitimação de outros.

⁵ Fernando de Azevedo (1894-1974), mineiro de São Gonçalo do Sapucaí, foi educado em colégios jesuítas, período em que teve seu espírito esculpido pelas literaturas e letras clássicas (latim e grego). Graduou-se em Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo.

Vale destacar que compreendemos a institucionalização como um marco da história da Sociologia no Brasil, todavia, em uma perspectiva distinta daquela mobilizada por intérpretes como Miceli, Schwartzman e Ortiz. O fato de adotarmos a institucionalização para pensar o legado de Fernando de Azevedo para a Sociologia significou: primeiro, a busca de um diálogo crítico com as interpretações destes autores que entendemos terem contribuído para erigir uma memória seletiva da história da Sociologia, ao contemplar na institucionalização não uma fase desta história, mas toda a história – conforme já mencionamos – e estabelecer a década de 1960 como seu momento fundador. Com esta abordagem e periodização, suas interpretações colaboraram para qualificar os atores de sua geração como personagens-testemunhas das transformações dos padrões científicos no âmbito nacional e internacional; e, neste sentido, para apontá-los enquanto possíveis portadores de análises canônicas sobre o tema no país.

Segundo, que o reconhecimento da institucionalização enquanto uma fase significativa da história de racionalização dos processos de produção das ciências sociais não simboliza que a consideramos como um divisor entre supostos períodos pré-científico e científico da produção sociológica no Brasil (BOTELHO; LAHUERTA, 2005). Assim, ao pensar a institucionalização como uma importante etapa da história da Sociologia no país, reconhecemos a:

[...] noção da sociologia como ciência empírico-indutiva, baseada no rigor metodológico e num elevado padrão de trabalho científico, no distanciamento com relação a valores, na integração entre ensino e pesquisa, no funcionamento regular de formas de pós-graduação, financiamento à pesquisa, divisão do trabalho, quantidade e estabilidade da atuação [...] (SEGATTO; BARIANI, 2009, p.8).

Essas preocupações, contudo, não são prerrogativas exclusivas dos atores sociais que atuaram de modo sistemático neste campo, a partir da década de 1960, mas elementos comuns a preocupação dos intelectuais que trabalharam na primeira fase da institucionalização desta área do conhecimento, ou seja, a partir dos anos de 1930, e mesmo antes deste período. Com este

Portador de um amplo capital cultural e social, este intelectual foi ao longo de sua trajetória um autodidata e, assim, tornou-se sociólogo e educador de renome.

apontamento objetivamos explicitar que compartilhamos das concepções de Candido (2006), Blanco (2006), Pinto e Carneiro (1955), dentre outros, por entendermos que seus trabalhos não questionam de modo anacrônico a validade das interpretações sociais, anteriores ao processo de institucionalização. Compreendemos, desse modo, encontrar nos textos destes intérpretes – guardando as devidas diferenças de enfoques, lugares e épocas, em que foram produzidos – algumas pistas para refletir sobre a história da Sociologia no Brasil e o lugar de Fernando de Azevedo.

Diante do exposto, a institucionalização da Sociologia no país se configura como uma etapa da história de criação, desenvolvimento e legitimação desta ciência; uma etapa que apresenta diferentes periodizações sendo que uma delas vincula-se ao contexto da Revolução de 1930, momento a partir do qual Fernando de Azevedo ocupou um lugar singular. Poderíamos indagar qual a razão para privilegiarmos este período histórico. Uma justificativa plausível seria assinalar que o contexto da Revolução de 1930 – apesar de caracterizar-se por uma grande crise econômica, política etc. – foi responsável pelo desencadeamento de um amplo processo de modernização – que ecoou nas décadas subseqüentes – do qual fez parte uma fase da institucionalização das ciências sociais. Tal imbricação pode ser percebida ao entendermos que “[...] as ciências sociais também são um produto da vida social, especialmente das eras de crise, e devem ser analisadas, portanto, como parte da vida social [...]” (PINTO; CARNEIRO, 1955, p.14).

Ou seja, o surgimento das ciências sociais “[...] resultou de um esforço no sentido de tomar consciência crítica e científica dos problemas que formavam o mosaico brasileiro [...]” (PINTO; CARNEIRO, 1955, p.15) em particular, depois de 1930, e de responder a eles. Esta interpretação de Pinto e Carneiro (1955) se assemelha a de Candido (2006, p.284)⁶, quando este afirma que a partir da Revolução de 1930 passou a existir um ambiente político e social no Brasil que concorreu “[...] para criar uma atmosfera de receptividade e expectativa em torno da Sociologia”.

Partimos do pressuposto que as transformações operadas na economia, na política, na cultura, etc., a partir do final da década de 1920, requereram inovações no léxico político, teórico e

⁶ Este texto foi publicado pela primeira vez em 1959, o que o torna contemporâneo aquele publicado por Pinto e Carneiro em 1955.

administrativo com vista à racionalização e ao planejamento nos setores público e privado brasileiros. As ciências sociais (com destaque para a Sociologia) ao fornecerem tanto uma ferramenta de trabalho quanto uma formulação ideológica para este processo, conquistaram a justificativa para sua entrada como curso de graduação – e não apenas enquanto disciplinas, conforme existia anteriormente – na estrutura do sistema oficial de ensino superior no país. Desse modo, “[...] o período que vem de 1930 aos nossos dias representa, para as ciências sociais no Brasil, uma época não só de iniciações mas também de franco florescimento [...]” (PINTO; CARNEIRO, 1955, p.24). Um aspecto deste processo pode ser vislumbrado na paulatina reivindicação e reconhecimento que as teorias e metodologias sociológicas obtiveram enquanto instrumentos para a compreensão, a organização e o progresso da sociedade brasileira. Foi neste contexto que o projeto de modernização do Estado, a partir de 1930, convergiu com uma das etapas da história da Sociologia, ou seja, com uma das fases da institucionalização.

A Revolução de 1930 trouxe ainda em seu bojo a exigência de se redefinir o papel da União diante dos estados, o que se traduziu nos campos educacional e cultural enquanto uma forte competição pela formulação e pelo direcionamento da elaboração de estruturas institucionais em âmbito nacional. Os projetos – intelectual e político – de Fernando de Azevedo⁷ buscaram satisfazer a esta exigência ao contemplar uma visão de país e de povo voltada para o futuro. Semelhante visão nos remete a uma discussão – mesmo que parcial – sobre o sentido da categoria de moderno em seu pensamento.

Esta categoria coloca-se para Fernando de Azevedo enquanto uma tentativa de qualificar o “novo” como algo subjacente aos diagnósticos e as propostas presentes em suas obras. Neste sentido, o “novo” significa o produto de uma necessidade que se impôs sobre a nação brasileira como decorrência da complexidade social por ela já adquirida, através das transformações nos processos produtivos, nos meios de comunicação e de transporte ou mediante a urbanização, etc. Assim, o “novo” ou o “moderno” representa uma resposta científica que deverá se concretizar

⁷ Nestes projetos, a relação entre União e Estado foi tratada por Azevedo a partir da construção de um equilíbrio delicado entre centralização e federalismo. Um equilíbrio que pode ser traduzido mediante o ditado luso “nem tanto ao mar, nem tanto a terra”, ou seja, para Azevedo ambos os modelos de organização tinham sua importância e validade, cabendo ao governo da União mobilizá-los de acordo com o interesse público.

no país primordialmente pela ação do Estado orientada pelos intelectuais (LAHUERTA, 1997). Enquanto o “tradicional” seria o fruto de uma sociedade em vias de extinção (ROCHA, 2008). Contudo, parece-nos que há um diálogo sutil entre as noções de moderno e de tradição nos escritos de Azevedo, o qual se torna compreensível somente se considerarmos que para este autor, a tradição pode condensar uma dimensão da mudança sem ruptura, isto é, pode sintetizar um tipo de transformação social que encontra tradução nas propostas de reforma. Desse modo, para Fernando de Azevedo, a tradição é também uma criação da modernidade.

Vale ressaltar que o consenso a respeito da importância do papel da Sociologia no delineamento da modernização da sociedade e da caracterização da educação, como instrumento ímpar da e para a intervenção sociológica, não minimizou o dissenso entre a intelectualidade⁸ sobre quais deveriam ser os atores sociais responsáveis pelos diagnósticos e pelas soluções dos problemas brasileiros. Pode-se apontar que, após 1930, a fundação e o desenvolvimento de diferentes instituições culturais, de ensino e de pesquisa – sob a influência de intelectuais “católicos” (Alceu Amoroso Lima, Jonathas Serrano etc.) e de “renovadores” (Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira etc.) – explicitaram uma acirrada disputa no mercado de bens simbólicos⁹ pelo reconhecimento intelectual e político – inclusive, estatal – sobre a definição dos agentes condutores; bem como dos projetos privilegiados para a modernização e para a construção da nacionalidade (LAHUERTA, 1997; PÉCAUT, 1990; MICELI, 1979).

Os diversos grupos de intelectuais brasileiros, independentemente do viés teórico ou político, entenderam que as precárias condições educacionais do país, no início do século XX, resultavam em grandes obstáculos para o crescimento econômico, político e cultural da sociedade. Nesta perspectiva, a difusão do ensino consistiu em uma proposta uníssona para ultrapassar tais barreiras à medida que garantiria a qualificação profissional e a formação humana – para assegurar a coesão social e o progresso civilizacional – e, ao mesmo tempo, proporcionaria o

⁸ Representada por grupos de intelectuais de diferentes matrizes teóricas e políticas pertencentes, particularmente, à geração de 1920-1940.

⁹ Para Bourdieu (1989), *grosso modo*, o mercado de bens simbólicos se articula dentro de um campo de forças estruturado e fechado, capaz de engendrar regras próprias de legitimidade e de executar funções semelhantes às de um sistema econômico de produção.

público letrado – para consumir a produção do campo cultural em constituição (LAHUERTA, 1997; MICELI, 1979). Neste cenário, a educação tornou-se o instrumento dos diferentes projetos políticos e intelectuais para intervir na realidade brasileira e propiciar o desenvolvimento do país, estabelecendo as regras de inclusão e de exclusão na cidadania.

Já no final do século XIX, Rui Barbosa compreendia a problemática educacional como o motor para o desenvolvimento do Brasil. As várias propostas defendidas por este político-intelectual foram retomadas, ampliadas e difundidas, a partir da década de 1920, como bandeiras pelos “pioneiros da educação nova” – Fernando de Azevedo foi um importante representante deste grupo reformador. Dentre tais bandeiras destacaram-se: a laicidade e a gratuidade da escola pública. O movimento da educação nova no Brasil caracterizou-se por um conjunto de iniciativas nos âmbitos educacional, cultural e político com o objetivo de revitalizar a educação e, a partir dela, a sociedade, através de aportes teóricos e metodológicos proporcionados pela Sociologia, Psicologia, Estatística, entre outras ciências (CARDOSO, 1982; MICELI, 1979). Como reformador e administrador público – ocupando o cargo de Diretor de Instrução Pública, em duas das principais cidades brasileiras do período: Rio de Janeiro (1927) e São Paulo (1933) – Fernando de Azevedo desenvolveu um conjunto de iniciativas para criar novos atores sociais capazes de reestruturar parte do Estado, através de suas instituições, a fim de dificultar a emergência e a defesa dos interesses privados na esfera pública (PÔRTO JUNIOR, 2004). Nossa compreensão a respeito das reformas azevedianas remonta à ideia de “revolução passiva à brasileira”¹⁰, na medida em que a reforma pode ser considerada um instrumento para proporcionar, de cima para baixo, mudanças sem rupturas no processo de modernização do país.

Tendo em vista que Fernando de Azevedo foi convidado por diferentes governos – nas instâncias municipal, estadual e federal – para auxiliar na construção da nação por meio do Estado, torna-se significativo observarmos seus apontamentos sobre a relação entre governo e intelectuais. Para Azevedo (1971a), os governos, principalmente os ditatoriais, não eram favoráveis aos intelectuais, apoiando-os apenas quando estes se colocavam sem

¹⁰ Com esta afirmação pretendemos apontar somente que a ideia de revolução passiva presente na obra de Vianna (2004) nos propicia um aspecto interessante para compreendermos o sentido de reforma na obra de Fernando de Azevedo.

restrições a seu serviço, ou quando não consistiam uma ameaça real. No entanto, Azevedo (1971a) entendia que os intelectuais eram capazes de se posicionar contra os interesses políticos “privados” ao atuarem nas instituições públicas. Partimos desta última afirmação de Azevedo para compreender a sinuosidade de sua trajetória intelectual, particularmente, durante os governos de Getúlio Vargas¹¹.

A condução da política no governo varguista fomentou diferentes posições dos intelectuais que agiram nas áreas educacional e cultural, dentre elas: a de enfrentamento (na qual se destaca o nome de Anísio Teixeira, entre outros); a de compromisso, inclusive, sob certos aspectos, assumindo cargos públicos de forma incondicional (na qual cita-se Lourenço Filho, etc.); e a de alternância de avaliações, ou seja, com críticas e reconhecimento às medidas do governo, esta foi a posição de expoentes como Fernando de Azevedo.

Candido (1994, p.16) nos possibilita alguns subsídios para entendermos tal posição de Azevedo, ao afirmar que este:

[...] punha os interesses das reformas acima de regimes e partidos, os quais encarava freqüentemente como oportunidades e instrumentos. Era, portanto (se for possível despir a expressão de qualquer sentido negativo), um oportunista desinteressado, contradição em termos que no entanto serve para caracterizar a sua natureza de reformador impetuoso e mesmo impaciente, disposto a pôr no primeiro plano as possibilidades de realizar os projetos que lhe pareciam essenciais. [...] mas ideologicamente tinha posições definidas e sempre as proclamou, como socialista de cunho democrático que foi desde cedo. [...].

Ao qualificar Fernando de Azevedo como um “oportunista desinteressado”, Candido (1994) parece procurar revisitar as contribuições deste sociólogo afastando-as de avaliações moralistas, que tanto colaboraram para obscurecer e deslegitimar o legado de Azevedo ao vincular sua trajetória, direta ou indiretamente, a uma suposta complacência e defesa do regime ditatorial (de Vargas) e do autoritarismo no Brasil, de modo geral. Com esta abordagem, Candido potencializa, nas entrelinhas do seu artigo, o fato de Fernando de Azevedo ter se demitido de

¹¹ Era Vargas foi constituída por três (3) fases: uma “revolucionária”, que teve início em 1930, uma ditatorial, que começou em 1937, e outra “democrática”, que se instituiu a partir de 1945. Nesta última, ele exerceu o poder indiretamente através de Gaspar Dutra e, depois, diretamente, quando retorna pelo voto. Para uma análise detalhada da Era Vargas, ver as obras: SCHWARTZMAN (1983) e PANDOLFI (1999).

diferentes cargos públicos, nas décadas de 1940 e 1960, e, desse modo, ter abdicado de uma situação confortável – em termos financeiros e de prestígio – por compreender que não existia espaço político para executar, nas palavras de Candido (1994, p.16), “os projetos que lhe pareciam essenciais”. Por outro lado, Candido deixa-nos entrever que a compreensão de Azevedo – segundo a qual, apenas o Estado seria capaz de garantir os meios para a concretização do processo de modernização do país – levou este sociólogo reformador a cooperar e a defender a colaboração dos intelectuais com o Estado.

As considerações de Candido (1994) a respeito do perfil de Fernando de Azevedo e de seu senso de oportunidade convergem com a análise de Toledo (1996) – sobre as condições de criação da obra *A Cultura Brasileira* (1971b), de autoria de Azevedo; bem como com a interpretação de Nascimento (2008), a respeito do papel da intelectualidade ibgeana – da qual Fernando de Azevedo foi um importante representante – para a construção da nação brasileira, a partir da década de 1930. Os três intérpretes sugerem, a partir de distintos registros sobre a trajetória e a obra deste autor, que Fernando de Azevedo cooperou com o Estado – inclusive com o Novo – ao existir convergência entre os seus ideais – modernizadores e nacionalistas – e os do Estado.

Semelhante reflexão parece encontrar respaldo também na interpretação de Lahuerta (1997, p.105-106). Para este autor, o Estado Novo mesmo apresentando uma:

[...] face repressiva, oferecia à massa de intelectuais um horizonte para a satisfação de suas exigências gerais, inclusive as éticas, acolhendo-os e procurando dar sentido à sua atividade, engajando-os na construção de um Estado ético, modernizador, que se pretendia a própria encarnação da nação.

Ou seja, o Estado Novo significou: “[...] o coroamento de um ideal de modernização e de uma demanda de unificação – cultural, política, etc. – que, forte já antes, se radicaliz[ou] [...]” (LAHUERTA, 1997, p.105, grifo do autor). Diante destes apontamentos, Lahuerta (1997) procura enfatizar que não houve uma cooptação – conceito proposto por Miceli (1979) para classificar a atuação dos intelectuais da geração de Fernando de Azevedo junto ao Estado – mas uma “conquista” do Estado em relação aos intelectuais, objetivando a formação de um novo bloco de poder. Neste

sentido, afirma Lahuerta (1997), o governo teria atraído Fernando de Azevedo, e, outros, ao acenar-lhes com a possibilidade de participação no processo de construção da nação.

Seja nos escritos de Candido (1994), seja nos trabalhos de Teixeira (apud PENNA, 1987), de Lemme (1994), de Pagni (2004), de Queiroz (1994), dentre outros, Fernando de Azevedo aparece como um interlocutor incansável em diferentes fóruns científicos e políticos/sociais, nos quais se destaca sua posição de mediador de discordantes pontos de vista e de habilidoso construtor de confluências. Esta capacidade de Azevedo se expressou também no âmbito teórico-metodológico, sendo os manifestos dos educadores (de 1932 e de 1959) e o manifesto dos intelectuais pela liberdade de opinião (de 1965) parte de seus produtos. Outro exemplo desta busca por “sínteses possíveis” pode ser encontrado na obra *A Cultura Brasileira* (1971b), nela, Azevedo articula as contribuições de intelectuais de diferentes – e sobre alguns aspectos, contraditórias – matrizes políticas e teóricas para a elaboração de uma síntese sobre o tema (TOLEDO, 1996).

Utilizando-se de sua habilidade de articulador político, Fernando de Azevedo realizou importantes empreendimentos organizacionais – entre as décadas de 1920 e 1960 – com as contribuições de intelectuais pertencentes a grupos heterogêneos. Este ator evitou posturas de embate direto com o governo, pois compreendia que isto poderia obstaculizar os projetos nos quais acreditava e, em última instância, até desagregar os esforços de seus aliados nas lutas institucionais como Lourenço Filho, Afrânio Peixoto, Carlos Delgado de Carvalho, Júlio de Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira, Anísio Teixeira, Mário Augusto Teixeira de Freitas, Almeida Jr., entre outros. Ao agir deste modo, Fernando de Azevedo posicionou-se como um representante da *intelligentsia* das ciências sociais no Brasil, capaz de liderar diversos intelectuais, negligenciar suas diferenças e potencializar aquilo que poderia uni-los (MARTINS, 1987). Neste sentido, a presença de Azevedo ao lado de Júlio de Mesquita Filho, ou de Armando de Salles Oliveira, não significou que compartilhasse dos mesmos objetivos, nem mesmo no que tange ao projeto de universidade – Universidade de São Paulo (USP), instituição fundada em 1934 –, mas sim que, provavelmente, comungava do “espírito” de reformas que atingia a muitos do seu tempo.

De acordo com nosso levantamento e interpretação de parte do acervo de cartas¹² de Fernando de Azevedo destacaram-se entre seus interlocutores nacionais nomes como Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré, Luís de Aguiar Costa Pinto, Jonathas Serrano, Guerreiro Ramos, etc. E entre os estrangeiros intelectuais como Emílio Willems, Roger Bastide, Theo R. Crevenna, Francisco Ayala, José Medina Echavarría¹³, dentre outros. Estes intelectuais em virtude dos lugares por eles ocupados em diferentes instituições de produção e difusão da cultura, pesquisa e ensino – inclusive, em diversos fóruns e associações científicas e profissionais, no Brasil e no exterior – tiveram suas opiniões, sobre Fernando de Azevedo, apreciadas criticamente enquanto parte das referências para estabelecermos o lugar deste intelectual na Sociologia e na Educação, dentro e fora do país.

As reflexões de Dutra (2006), Toledo (2006), Pôrto Junior (2004), Leal (2003), Pontes (1989), Penna (1987) e Hallewell (1985), nos forneceram elementos para entender onde e como Fernando de Azevedo atuou, enquanto intelectual (inclusive, como editor) e homem público, em âmbito nacional. Nestes estudos, o nome de Azevedo vinculou-se, direta ou indiretamente, às instituições (imprensa, editoras, universidades, institutos de pesquisa, etc.) que suscitaram mudanças na mentalidade da sociedade brasileira

¹² As cartas mencionadas são parte do acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo, o qual encontra-se no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), na Universidade de São Paulo (USP). O Fundo é composto por sete (7) séries, sendo uma delas a Série Correspondência (CO). Esta série se divide em quatro (4) subséries – Correspondência Ativa (CA), Correspondência Passiva (CP), Correspondência de Terceiros (CT) e Documentação Complementar (CDC) – e totaliza cinco mil duzentos e vinte e nove (5229) documentos. Analisamos duas subséries desta série: CA e CP – que juntas representaram quatro mil oitocentos e onze (4811) documentos. Nestas subséries, consultamos dois mil e duzentos (2200) documentos – entre eles cartas, bilhetes, datilografados e manuscritos, alguns ilegíveis e com números variados de laudas. A subsérie CA compreende cartas enviadas por Azevedo enquanto a CP consiste em cartas recebidas por Azevedo, desde a década de 1920 até a de 1970.

¹³ Para dimensionarmos parcialmente o reconhecimento dos interlocutores de Azevedo sobre sua autoridade intelectual como autor e editor faz-se necessário apresentar, mesmo de forma resumida, algumas idéias presentes nas correspondências do acervo. Selecionamos somente duas cartas para esta finalidade, uma de José M. Echavarría (1942) e outra de Francisco Ayala (1946). Esta escolha não nos parece arbitrária à medida que tanto Echavarría quanto Ayala são vistos – na literatura especializada – como referências no campo da Sociologia Latino-americana no período. Echavarría afirma que a opinião de Fernando de Azevedo, sobre seus trabalhos, é para ele de extrema importância e comenta que havia recomendado para Cosío y Villegas a tradução da obra *Sociologia Educacional* – de autoria de Azevedo – para o espanhol, pois segundo sua avaliação, este trabalho consistia no melhor livro que leu até então sobre o assunto. Medina Echavarría expõe ainda que pretende incorporar produções brasileiras, na área de Sociologia, para a coleção sob sua direção no Fondo de Cultura Económica e que conta com as indicações do editor Fernando de Azevedo. Em setembro de 1946, Ayala escreve para Azevedo comentando que fundará uma Revista e que espera contar com sua colaboração através de artigos, mas, principalmente, espera que Fernando de Azevedo seja o representante deste empreendimento no Brasil, isto é, que ampare a Revista *Realidad* sob sua autoridade intelectual; solicita ainda que Azevedo indique e estabeleça os contatos no Brasil com os possíveis colaboradores deste empreendimento editorial.

através de transformações na organização cultural, educacional e política do país, a partir de 1920. Em virtude do número considerável de empreendimentos – nos quais Azevedo colaborou até a década de 1960 – optamos por apresentar, de forma sintética, apenas parte daqueles que contribuíram para o processo de modernização no período que vai de 1920 a 1960.

Na imprensa, até meados da década de 1920, Fernando de Azevedo trabalhou no jornal *O Estado de São Paulo* onde realizou dois importantes inquéritos científicos, um sobre educação e outro sobre arquitetura (CAPELATO; PRADO, 1980). O inquérito a respeito da educação forneceu as bases para as propostas de reformas elaboradas e, parcialmente, realizadas por Azevedo – seja no Rio de Janeiro (1927), seja em São Paulo (1933) – ao assumir cargos públicos em diferentes conjunturas políticas (governos de Washington Luís e de Getúlio Vargas); bem como para a construção do projeto institucional da USP.

Na esfera editorial, o trabalho de Azevedo ocorreu no interior da Cia. Editora Nacional (de 1931 a 1946). Esta experiência forneceu subsídios para o processo de estruturação do campo editorial brasileiro – ao somar os esforços de Azevedo aos de Octalles Marcondes Ferreira e de Monteiro Lobato para a configuração da indústria de livros e do mercado editorial do país. E, ao mesmo tempo, serviu para tornar Fernando de Azevedo reconhecido como autor e editor, em diferentes países da América e da Europa.

A estruturação do campo editorial desenvolve leis próprias de funcionamento e de legitimação. Este campo, como parte do processo de institucionalização de quaisquer áreas do conhecimento, contribui, direta, ou indiretamente, para criar, difundir e legitimar determinadas interpretações sobre a nação, o Estado e a respeito da própria ciência em constituição. Alguns estudos que têm refletido sobre a história e o papel das editoras no Brasil, como os de Dutra (2006), Toledo (2006), Leal (2003), Pontes (1989) e Hallewell (1985) sugerem que um empreendimento editorial de vulto no país – a partir da década de 1930 – foi propiciado pela Cia. Editora Nacional, mediante cinco coleções científicas da Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPP). Fernando de Azevedo foi o escolhido por Octalles Marcondes Ferreira para ser o fundador desta Biblioteca – em virtude de seu renome no meio cultural, intelectual e político – e o diretor das seguintes coleções científicas: 1) Atualidades Pedagógicas – a qual foi tema do trabalho de Toledo (2006); 2)

Iniciação Científica – objeto de reflexão da dissertação de Leal (2003) e 3) Brasileira – que foi analisada pelos artigos de Dutra (2006) e de Pontes (1989). Cada coleção apresentou um perfil editorial específico, ou seja, condensou distintos objetivos e foi direcionada para diferentes públicos.

Segundo Toledo (2006), a novidade da coleção Atualidades Pedagógicas, no contexto da década de 1930, consistiu em propiciar a elaboração de um material pedagógico com padrões editoriais considerados de excelência e por ser a própria Cia. Editora Nacional a instituição responsável por forjar tais padrões. De acordo com Toledo (2006), Azevedo além de introduzir o que havia de mais moderno para atender as necessidades do leitor (formado, principalmente, por professores), buscou selecionar textos de intelectuais reconhecidos internacionalmente no campo educacional, como Dewey, Piéron, Wallon, Aguayo, Luzuriaga, etc, além de autores nacionais. O trabalho de tradução das obras em francês, inglês, etc. foi potencializado nesta coleção para atender ao critério de possibilitar maior alcance da difusão das idéias inovadoras “escolanovistas” no Brasil. Outro aspecto importante desta coleção, de acordo com Toledo (2006), foi a “complementariedade temática”, isto é, ao ser lançada uma obra de um autor brasileiro sobre determinado assunto era lançada em seguida a tradução de uma obra de um autor estrangeiro voltada para o mesmo tema.

Diferentemente das coleções Atualidades Pedagógicas e Brasileira, a Iniciação Científica não apresentou um público alvo bem definido. Todavia, ressalta Leal (2003, p.29, grifo do autor) uma “[...] característica da *Coleção Iniciação Científica* [...] [consistiu em] chamar a atenção para o método”. Ou seja, foi a partir da preocupação com a formação didática do público leitor que Fernando de Azevedo orientou parte de suas escolhas dos autores, por ele editados.

No que se refere à coleção Brasileira, Dutra (2006) afirmou que Azevedo ao divulgar para um público amplo um material de alto nível científico e literário fez desta coleção mais um instrumento para realização de seu projeto pedagógico de formação das elites dirigentes ilustradas e de elevação do nível cultural de toda a população. Para esta intérprete, Fernando de Azevedo privilegiou, na Brasileira, trabalhos que pudessem contribuir para a construção da nacionalidade e de uma mentalidade moderna no Brasil. Decorre desta visão do editor a publicação das obras

de autores como: Oliveira Viana, Afonso Arinos de Melo Franco, Manuel Bonfim, Gilberto Freyre, Afrânio Peixoto, Richard F. Burton, Von Spix e Von Martius, Otávio Tarquínio de Souza, Lúcia Miguel Pereira, Alberto Torres, Azevedo Amaral, Nestor Duarte, Pandiá Calógeras, Pedro Calmon, Hildebrando Accioly, Augusto de Saint Hilaire, Couto de Magalhães, Basílio de Magalhães, Roberto Simonsen, Alfredo Ellis Júnior, Cândido de Melo Leitão, Tavares Bastos, Fernando de Azevedo, entre dezenas de outros (DUTRA, 2006; PONTES, 1989).

Os intelectuais que tiveram seus trabalhos publicados na Brasileira, além de atuarem em várias instituições culturais, científicas e educacionais no Brasil, trabalharam também na cúpula da administração pública estadual e federal, e nas comissões de estudo e de implementação de políticas públicas no país. Isto somado ao projeto intelectual e pedagógico de Azevedo, presente na Brasileira e nas demais coleções, permite-nos considerá-las como baluartes da *intelligentsia* das ciências sociais – em particular, da Sociologia e da Educação – no país, a partir da década de 1930. E mais, situar Fernando de Azevedo como um importante expoente desta *intelligentsia* ao delimitar, difundir e legitimar a Sociologia como ciência e como disciplina, assim como, estabelecer sua função para o diagnóstico e para a orientação do processo de modernização do país.

No ensino superior, além de atuar como docente, Fernando de Azevedo assumiu cargos administrativos. Neste contexto, foi tanto criador quanto diretor do Instituto de Educação¹⁴ (de 1934 a 1938) e um dos fundadores da USP em 1934, tornando-se em 1941 o diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (até o ano de 1943). Para a criação e a consolidação desta instituição, Azevedo além de unir esforços com Júlio de Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira, Emílio Willems, Almeida Jr., Roger Bastide, Cruz Costa, entre outros, foi também “legislador”, redigindo o estatuto desta universidade e outros documentos importantes. Catedrático desde 1943, foi o responsável pela Cadeira de Sociologia II até 1961, quando assumiu o cargo de secretário de Cultura do governo Prestes Maia, sendo oficialmente substituído por Rui Galvão de Andrada Coelho na direção da Cadeira. Na USP, Azevedo trabalhou para o desenvolvimento dos Boletins,

¹⁴ O Instituto de Educação foi incorporado a USP em 1934 tornando-se o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (IEUSP), este instituto foi extinto pelo governo de Ademar de Barros em 1938. Para um estudo dedicado a história do Instituto e de sua importância para o tema da formação universitária do professor secundário e primário ver Evangelista (1997).

um tipo de publicação especializada, cuja finalidade consistiu em divulgar os resultados dos trabalhos realizados nas cadeiras das diferentes áreas do conhecimento, inclusive, nas cadeiras de Sociologia I e II (SAWAYA, 1979).

No que se refere à pesquisa fora da USP, Azevedo esteve ao lado tanto de Mário Augusto Teixeira de Freitas quanto de Anísio Teixeira. Em relação ao primeiro na consolidação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual se caracterizou como um importante centro de trabalhos empíricos no país. Neste Instituto, Azevedo foi consultor técnico¹⁵ na temática de cultura, por mais de dez anos, e realizou, sob seus auspícios, a obra *A Cultura Brasileira* (1971b), como introdução ao primeiro recenseamento nacional promovido pelo IBGE, na década de 1940. Em relação a parceria com Anísio Teixeira, na esfera da pesquisa, destaca-se a ação de Azevedo como fundador e diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP), de 1956 a 1961 (FERREIRA, 2001).

Outra importante dimensão da ação institucional de Fernando de Azevedo deu-se nas associações científicas e profissionais de Sociologia. A análise de Barreira (2003) – sobre a memória da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS); a de Carvalho e Mattos (2005) – a respeito da história das entidades de sociologia no Brasil e no exterior – somadas a de Porto (2005), sobre o panorama recente da pesquisa em sociologia no país, contribuíram para que problematizássemos o papel de Fernando de Azevedo na fundação e consolidação destas instituições no Brasil.

No que tange aos trabalhos de Barreira (2003) e de Porto (2005) podemos apontar que ambos propuseram uma análise convergente ao revisitarem a história da SBS; pois partiram de uma visão sobre a institucionalização que parece ter contribuído tanto para valorizar quanto para balizar as interpretações sociais criadas pelos intelectuais que atuaram nesta entidade desde sua fundação, em 1935, até a primeira década do século XXI. Sugerimos que Barreira (2003) e Porto (2005) elaboraram uma abordagem da memória da SBS que privilegiou enquanto marco científico desta história – o momento de sua reorganização, após o período da ditadura militar. E que isto, indiretamente, colaborou para atribuir cientificidade apenas para parte da história desta entidade – e, neste sentido, somente para uma fase da história da

¹⁵ Uma caracterização detalhada da função de consultor técnico e de sua relevância para o IBGE assim como uma síntese sobre a história deste instituto pode ser encontrada em Nascimento (2008).

Sociologia no país – na qual César Barreira e Maria Stela Grossi Porto – assim como outros intelectuais de sua geração – foram e ainda são intérpretes-personagens¹⁶. Desse modo, ambos os autores desenvolveram uma análise na qual aparecem como personagens que falam de um “lugar autorizado”, a partir do qual é possível converter seus discursos em memória oficial.

Semelhante conversão pode ser vislumbrada tacitamente, a título de exemplo, no trabalho de Barreira (2003): *A Sociologia no tempo: memória, imaginação e utopia*¹⁷. É a partir da elaboração de uma memória seletiva que este intelectual propõe uma reconstrução do passado da Sociologia e da SBS no país. O livro nos proporciona conhecer na primeira parte alguns textos apresentados, por diferentes presidentes da entidade, desde o I Congresso Brasileiro de Sociologia realizado, em 1954, até o X Congresso, realizado em 2001, na gestão do próprio Barreira. Apesar de editar os textos de Fernando de Azevedo apresentados no I Congresso – o de abertura e o de encerramento do evento; e o de Florestan Fernandes, no II Congresso, em 1962; são os artigos do III Congresso – realizado em 1987, na gestão de Gabriel Cohn, período de reorganização da entidade – que adquirem destaque, assim como, o artigo de encerramento desta parte do livro, o qual é de autoria do então presidente da SBS, César Barreira, e foi apresentado no X Congresso, em 2001. A segunda parte do livro foi dedicada exclusivamente para os atores e artigos – os principais, nas palavras de Barreira (2003) – presentes no X Congresso. Diante destas ponderações, parece-nos plausível a hipótese, segundo a qual, Barreira (2003) atuou enquanto intérprete-personagem ao enfatizar os discursos dos intelectuais de sua geração enquanto os alicerces para erigir a memória e a utopia da SBS.

Semelhante hipótese é reforçada pela maneira como este autor qualificou os limites e as contribuições científicas presentes na história desta entidade – seja para ela própria, seja para a Sociologia de modo geral. Segundo Barreira (2003), os limites encontram-se, tacitamente, nas gestões que antecederam a 1987, ano do III Congresso Brasileiro de Sociologia; enquanto as

¹⁶ César Barreira e Maria Stela Grossi Porto foram presidentes da SBS em gestões recentes: Barreira de 2001 a 2003, tendo Porto enquanto primeira vice-presidente; e Porto de 2003 a 2005. Contudo, vale destacar que estes atores encontravam-se em postos de diretoria na entidade já no início da década de 1990. Outro intérprete da história das ciências sociais no Brasil que também ocupou a presidência da SBS foi Simon Schwartzman (1989-1991) (CARVALHO; MATTOS, 2005).

¹⁷ O livro é dividido em duas partes: a primeira intitulada “A memória nos discursos” e a segunda “A Sociologia como Teoria e Imaginação”.

contribuições parecem se localizar a partir deste contexto. Outro aspecto que merece destaque em sua interpretação é a ausência de uma menção a respeito da atuação de Fernando de Azevedo para construir a SBS, nas décadas de 1930 e 1940, assim como, para transformá-la em uma entidade nacional, na década de 1950, organizando as seções estaduais. Isto posto, é legítimo indagar por que não há referência sobre as contribuições de Fernando de Azevedo, seja nos quinze anos que antecederam a re-fundação da SBS, em 1950, seja na criação das referidas seções? Talvez uma resposta possível para este “esquecimento” esteja na concepção de institucionalização de Barreira (2003), um tipo de abordagem que obstaculiza este intérprete a enxergar e a admitir o legado de Azevedo como científico.

O trabalho de Carvalho e Mattos (2005) nos proporciona uma síntese, mais descritiva que analítica, do papel de Fernando de Azevedo e de outros intelectuais na fundação e consolidação de associações científicas e profissionais no país e no exterior. De acordo com estes autores, a colaboração de Azevedo foi fundamental para a criação e, posteriormente, para a fundação da Sociedade de Sociologia de São Paulo e sua transformação, posterior, na SBS¹⁸. Ainda segundo Carvalho e Mattos (2005), em âmbito internacional, Azevedo foi eleito um dos vice-presidentes da primeira diretoria da Associação Internacional de Sociologia (ISA), de 1950 a 1952 – ao lado de Morris Ginsberg (Inglaterra) e de Georges Davy (França); e, com o falecimento do então presidente Louis Wirth (alemão radicado nos EUA), Azevedo teria assumido junto com Ginsberg e Davy a presidência da ISA em 1952.

Podemos supor que a deferência de parte dos sociólogos latino-americanos a Fernando de Azevedo, ao elegê-lo membro da diretoria da ISA, na década de 1950, consistiu em uma resposta ao trabalho realizado por este intelectual, no campo da Sociologia seja no Brasil, seja em outros países do Continente, desde os anos de 1930. Por outro lado, a presença de Azevedo na diretoria da ISA parece ter resultado em uma espécie de reforço tanto do reconhecimento quanto da legitimidade da Sociologia desenvolvida pelo Brasil – assim como, do seu próprio nome – no meio intelectual e político latino-americano.

¹⁸ No texto de Queiroz (1994), a autora sugere que Fernando de Azevedo teria contribuído, inclusive, para a definição da profissão de sociólogo no país.

O fato de Fernando de Azevedo ter sido o presidente com o maior tempo de gestão na SBS exige que se pense sobre sua contribuição na construção do perfil desta entidade até a década de 1960. Azevedo parece ter se empenhado em sua gestão (1935-1960) para contemplar tanto a dimensão de entidade científica quanto profissional. Entretanto, o duplo direcionamento – entidade científica e profissional – e o significado sobre o que seria uma entidade científica foram objeto de disputas em seu interior, principalmente, no contexto de re-fundação em 1950, ou seja, no processo de criação das seções estaduais.

No contexto da organização do I Congresso Brasileiro de Sociologia, Fernando de Azevedo escreve para Costa Pinto, em abril de 1953. Nesta carta, Azevedo (1953)¹⁹ afirma seu propósito de legar a “nova geração de mestres e sociólogos” – geração a qual reconhecia pertencer Costa Pinto, como uma das “figuras mais brilhantes” – uma associação que pudesse impor respeito, inclusive, em âmbito internacional, tanto por sua dimensão científica quanto profissional. Nesta correspondência, Fernando de Azevedo (1953)²⁰ parece compreender a SBS como um espaço intelectual – acadêmico e político – no qual os estudos sociológicos e antropológicos poderão e deverão se fortalecer, se legitimar e se difundir, dentro e fora do Brasil, visando o progresso das ciências sociais. Portanto, para este autor, a aproximação entre os campos da Sociologia e da Antropologia era vista como desejável e estratégica, seja na SBS seja fora dela, entretanto, semelhante visão não era compartilhada por sociólogos como Costa Pinto.

Em carta destinada a Azevedo, em maio de 1952, Costa Pinto já argumentava que o maior problema da aproximação entre as referidas áreas encontrava-se no âmbito teórico-metodológico. Destarte, ao apreciar a possibilidade de se realizar no I Congresso a unificação entre a Sociologia e a Antropologia, Costa Pinto expôs que isto seria interessante do ponto de vista prático, todavia, no que se referia à dimensão metodológica compreendia a necessidade de se colocar os “[...] pontos nos iis” (PINTO, 1952).

O I Congresso, realizado no ano de 1954, contemplou a participação de diferentes intelectuais, inclusive, os que se destacavam pelas pesquisas antropológicas, todavia, se denominou I Congresso Brasileiro de Sociologia. Talvez tal

¹⁹ As datas referem-se aos anos em que as correspondências foram escritas. Pesquisa realizada no arquivo pessoal de Fernando Azevedo

²⁰ Pesquisa realizada no arquivo pessoal de Fernando Azevedo.

denominação tenha sido uma concessão estratégia para criar um consenso em torno do evento e, desse modo, assegurar como aliados na organização do I Congresso aqueles intelectuais que, assim como Costa Pinto, olhavam desconfiados para alguns aspectos da aproximação entre as duas áreas.

O tema deste evento: “O Ensino e as Pesquisas Sociológicas; organização social; mudança social” evidenciou tanto a preocupação de seu presidente – Fernando de Azevedo – com as dimensões científica e profissional da entidade quanto um posicionamento político dos seus organizadores. A conjuntura da década de 1950 foi marcada por intensas disputas internas e externas a SBS, pelos rumos da educação, da política e da economia no país. Tendo como horizonte as contendas no interior da SBS, Fernando de Azevedo – no discurso inaugural do I Congresso – remeteu-se nos seguintes termos aos congressistas:

Todos vós sabeis que a Sociologia, como qualquer outra ciência, é uma alta especialização que se embaraça em dificuldades que seria imprudente, quase desonesto, querer dissimular, que não progride senão pelo trabalho incessante de gerações sucessivas; que reclama de todos os que a ela se consagram uma obstinação metódica e uma disciplina ascética de todos os dias, e cujo desenvolvimento não se realiza nem se mede senão pelas contribuições originais, mais ou menos importantes, provenientes quer das elaborações teóricas quer das longas e pacientes pesquisas em setores limitados (AZEVEDO, 2003, p.29-30)²¹.

Com este discurso, Fernando de Azevedo buscou estabelecer o lugar “dos precursores” no campo da Sociologia, ao afirmar que esta ciência “não progride senão pelo trabalho incessante de gerações sucessivas”. Procurou reafirmar a Sociologia como uma ciência metódica, na qual tanto as elaborações teóricas (ensaios, ou seja, as interpretações totalizadoras, etc.) quanto às pesquisas em setores limitados (estudos de comunidade, etc.) foram importantes para o seu desenvolvimento. E, por fim, empenhou-se em conclamar os participantes a respeitarem e reconhecerem como válidas as diferentes contribuições científicas no interior da SBS.

De certo modo, tanto a temática do I Congresso – ao unir ensino, pesquisa, organização e mudança social – quanto sua condução no evento sugere que a gestão de Fernando de Azevedo

²¹ Este texto de Fernando de Azevedo foi apresentado originalmente em 1954.

foi marcada pela tentativa de imprimir um caráter científico, profissional e político à Associação. Ou seja, a SBS tornou-se um espaço para apresentar, debater e legitimar – ou deslegitimar – orientações para as políticas públicas (em particular, científicas, educacionais e culturais). Neste sentido, a administração de Azevedo teria contribuído para que a entidade se constituísse como um *locus* importante de parte da *intelligentsia* brasileira das ciências sociais, ao possibilitar, inclusive, o desenvolvimento de um “lugar epistemológico” no qual se debatia a própria Sociologia.

Guardando as devidas distinções, as gestões de Fernando de Azevedo (1935-1960) e de Florestan Fernandes (1960-1962) na SBS – esta última ao propor a “sociologia como afirmação” – parecem ter sido caracterizadas pela preocupação destes atores em se posicionar enquanto representantes da *intelligentsia* brasileira; e, neste sentido, como sujeitos capazes de fornecer, além de uma visão crítica sobre a sociedade, propostas para orientar as mudanças sociais no país.

No entanto, a partir da desarticulação da SBS – após o golpe de 1964 e sua reativação, na década de 1980 – as dimensões de *locus* da *intelligentsia* e de entidade profissional teriam deixado de existir. Uma das justificativas apontadas para esta mudança, segundo Carvalho e Mattos (2005), foi a criação de instituições voltadas para a representação da categoria de sociólogos, na década de 1970. Outra justificativa possível seria o fato da concepção de institucionalização – adotada por parte dos intelectuais atuantes nesta entidade, a partir da década de 1980 – ter tornado problemático incorporar o referido legado como uma herança científica.

Ao longo da gestão de Fernando de Azevedo na SBS, parte de seus correspondentes: Lucio Mendieta y Núñez (1951)²²; Carlos Alberto Echanove Trujillo (1948, 1951, 1959); Alfredo Poviña (1936, 1940, 1951, 1952, 1953, 1954); Roberto MacLean y Estenós (1950, 1951, 1952), etc. o reconheceram como uma autoridade intelectual no Continente. Tal consideração nos coloca como uma questão oportuna pensarmos sobre a influência de Azevedo nas entidades científicas estrangeiras, à medida que parte de seus correspondentes eram sociólogos vinculados a associações científicas de diferentes países. Algumas pistas de tal influência se fizeram presentes nas

²² Conforme já mencionamos as datas referem-se aos anos em que as correspondências foram escritas.

referidas correspondências passivas.

Demodo sintético, a interpretação deste material, nos permitiu compreender que a influência de Azevedo se materializou através da sua colaboração na construção das agendas dos congressos científicos na América Latina, assim como, por meio da reiteração de solicitações de seus interlocutores para que ele estivesse presente nos diversos congressos nacionais e internacionais, inclusive, na Europa. Outra dimensão desta influência pode ser percebida ao Azevedo ser informado tanto sobre a fundação de novas associações científicas no Continente quanto a respeito de sua nomeação como membro honorário.

Já as cartas – presentes na seção Dossiês (D), do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo²³ – serviram, no entanto, para demonstrar que este sociólogo consistiu em um importante intermediador de informações – sobre as sociedades e os congressos na América Latina – para as instituições internacionais como a Associação Internacional de Sociologia (ISA).

A profissionalização na Educação também foi parte do processo de institucionalização das diferentes áreas do conhecimento (inclusive, da Sociologia), ao delimitar as oportunidades de trabalho, isto é, privilegiar os recém-formados e estimular uma demanda crescente por formação e aperfeiçoamento. No contexto da década de 1930, Fernando de Azevedo colaborou para a profissionalização na Educação (nas esferas da docência, da administração e da pesquisa) ao criar, em 1934, e administrar o Instituto de Educação (IEUSP). Este Instituto foi responsável pela primeira experiência brasileira de formação, em nível universitário, de professores primários e secundários no país; e pelo aperfeiçoamento de diretores e de inspetores escolares, por meio de seus cursos de curta duração. O IEUSP contemplou a formação e o aperfeiçoamento de docentes – provenientes em sua maioria – da rede pública de ensino e foi responsável pelo início do processo de institucionalização da produção da pesquisa em Educação no Brasil (EVANGELISTA, 1997)²⁴.

²³ Em particular, localizadas no Dossiê 3: Associação Internacional de Sociologia – ISA (1948-1953).

²⁴ Vale lembrar, no entanto, que a perseguição promovida pelos católicos (políticos e civis), no contexto do Estado Novo, aos trabalhos e à influência dos “reformadores escolanovistas”, nas esferas educacional e cultural, conduziu o IEUSP a extinção em 1938, por decreto. O Instituto teve seu acervo espoliado e parte de seu corpo docente perseguido pelo governo do interventor Ademar de Barros (Fernando de Azevedo, Almeida Jr., etc.); após este período, estes e outros docentes foram incorporados a USP. Assim, o Instituto mudou sua nomenclatura, tornando-se a seção de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

O estudo de Meucci (2000) – ao analisar um conjunto de manuais e tratados de Sociologia, publicados no final da década de 1920, e nas subseqüentes, inclusive, com reedições – se propôs a abordar na institucionalização da Sociologia a dimensão de disciplina autônoma – ou seja, de componente curricular fundamental do curso de graduação de ciências sociais. Para Meucci (2000), a análise dos manuais propiciou responder a respeito de como o conhecimento desta área foi sistematizado, difundido e legitimado no país, a partir da preocupação com a formação deste novo especialista. Parece-nos que ao interpelar tal material a autora pautou-se pela idéia de que a estruturação do ensino – com a confecção de obras didáticas e de livros especializados – seria tão relevante no processo de institucionalização de um campo do conhecimento quanto a organização da pesquisa. O reconhecimento da importância da estruturação do ensino e, neste sentido, da produção de obras didáticas encontra suporte nos trabalhos de Pinto e Carneiro (1955) e de Candido (2006), dentre outros, e coloca em evidência o nome de Fernando de Azevedo como autor de clássicos para o ensino de Sociologia no país – como as obras *Princípios de Sociologia*²⁵ (1954a) e *Sociologia Educacional* (1954b).

A reconstrução da atuação de Fernando de Azevedo enquanto autor, editor, organizador e reformador institucional, desde a década de 1920 até a de 1950, demonstra por um lado, a existência de um mosaico de contribuições deste intelectual – seja para a história da Sociologia no Brasil seja para a modernização institucional do país, particularmente, no âmbito educacional e cultural. E, por outro, a possibilidade de uma pluralidade de versões sobre esta história, inclusive, de versões que reconheçam que a Sociologia, e demais ciências, “[...] não progride[m] senão pelo trabalho incessante de gerações sucessivas” (AZEVEDO, 2003).

NASCIMENTO, A. S. Fernando de Azevedo: sociology institutionalization and brazilian modernization. *Perspectivas*, São Paulo, v.37, p.163-190, jan./jun. 2010.

■ **ABSTRACT:** *This article proposes a reflection about the efforts of Fernando de Azevedo for the institutionalization of the sociology in Brazil. It focus his important role in the process of modernization*

²⁵ Livro publicado pela primeira vez, em 1935, foi o primeiro manual brasileiro voltado para os cursos de nível superior e também um dos poucos dedicados à discussão metodológica.

occurred in this Nation during the decades of 1930's to 1960's. So, the paper intends to articulate the "text" and the "context" as a method driven, and defines as a hypothesis the institutional trajectory as well the theoretical works of Fernando Azevedo as an useful tool to revise the major explanations about the history of the Social Sciences in Brazil, especially the interpretations that have been accentuated the process of institutionalization of the sociology as a science. This theoretical option means that the date birth of the Social Sciences, for this current, should be the decade of 1960's. This article, however, intends another approach by focusing the role of Fernando de Azevedo in this process of modernization as well in the area of the Social Science and its history.

■ **KEYWORDS:** *Fernando de Azevedo. Institutionalization. Sociology. Intellectuals. Modernization.*

Referências

AZEVEDO, F. Oração inaugural. In: BARREIRA, C. *A sociologia no tempo: memória, imaginação e utopia*. São Paulo: Cortez, 2003. p.19-31.

_____. *História de minha vida*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1971a.

_____. *A cultura brasileira*. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Melhoramentos, 1971b.

_____. *Máscaras e retratos: estudos literários sobre escritores e poetas do Brasil*. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

_____. *Princípios de sociologia: pequena introdução ao estudo de sociologia geral*. 6.ed. rev. e ampl. São Paulo: Melhoramentos, 1954a.

_____. *Sociologia educacional: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1954b.

BARREIRA, C. *A Sociologia no tempo: memória, imaginação e utopia*. São Paulo: Cortez, 2003.

BASTOS, E. R.; BOTELHO, A. *Para uma sociologia dos intelectuais*. Trabalho apresentado no seminário "A sociologia da cultura no Brasil e a obra de Sergio Miceli", Universidade de São Paulo, São Paulo, set. 2005.

BLANCO, A. *Razón y modernidad: Gino Germani y la sociología en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

BOTELHO, A.; LAHUERTA, M. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. *Perspectivas*, São Paulo, v.28, p.7-15, 2005.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CANDIDO, A. A sociologia no Brasil. *Tempo Social*, v.18, n.1, p.271-301, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702006000100015&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 10 nov. 2008.

_____. Um reformador. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.37, p.11-17, 1994.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo"*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, I. *A Universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1982.

CARVALHO, L. M. G.; MATTOS, S. S. *Sociólogos e sociologia: história das suas entidades no Brasil e no mundo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005. v.1.

PINTO, L. A. C.; CARNEIRO, E. *As ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: CAPES, 1955.

DUTRA, E. R. F. A nação nos livros: a biblioteca ideal na Coleção Brasileira. In: DUTRA, E. R. F.; MOLLIER, J - Y. (Org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p.299-314.

EVANGELISTA, O. *A formação de professores em nível universitário: o Instituto de Educação da Universidade de São*

Paulo (1934-1938). 1997. 115f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

FERREIRA, M. S. *O centro regional de pesquisas educacionais de São Paulo (1956-1961)*. 2001. 194f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

LAHUERTA, M. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997, p.93-114.

LEAL, T. P. *Coleção iniciação científica: do projeto a coleção editada (1931-1978)*. 2003. 206f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

LEMME, P. Fernando de Azevedo. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v.20, p.199, 1994.

MARTINS, L. A gênese de uma *intelligentsia*: os intelectuais e a política no Brasil - 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.2, n.4, p.65-87, 1987.

MEUCCI, S. *A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. 2000. 157f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

_____. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1995. v.2.

_____. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989. v.1.

_____. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

NASCIMENTO, A. S. Intelectuais Ibgeanos: ecletismo no projeto de nação e modernização brasileira. *Espaço Plural*. v.9, n.18, p.87-99. 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1637/1326>>. Acesso em: 02 jan. 2009.

ORTIZ, R. Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil. In: _____. *Ciências Sociais e trabalho intelectual*. São Paulo: Olho D'Água, 2002. p.175-196.

PAGNI, P. A. A filosofia e a filosofia da educação no discurso político educacional de Fernando de Azevedo: reconstrução histórica e atualidade. In: PÔRTO JUNIOR, G. (Org.). *Raízes da modernidade: o pensamento de Fernando de Azevedo*. Brasília: Ativa, 2004. p.223-253.

PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PENNA, M. L. *Fernando de Azevedo: educação e transformação*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

PONTES, H. Retratos do Brasil: editores, editoras e "Coleções Brasilianas" nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: IDESP, 1989. p.359-409. v.1.

PÔRTO JUNIOR, G. (Org.). *Raízes da modernidade: o pensamento de Fernando de Azevedo*. Brasília: Ativa, 2004.

PORTO, M. S. G. Panorama recente da pesquisa em sociologia no país. In: MARTINS, C. B. (Org.). *Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2005. p.199-223.

QUEIROZ, M. I. P. Fernando de Azevedo: o sociólogo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.37, p.53-69, 1994.

ROCHA, M. B. M. Historiografia e significação histórica em Fernando de Azevedo. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.13, n.38, maio/ago, p.265-278, 2008.

SAWAYA, P. *Esboço histórico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo 1934-1969*. São Paulo: USP, 1979.

SCHWARTZMAN, S. *Ciência e tecnologia no Brasil: uma nova política para um mundo global*. São Paulo: FGV, 1993.

_____. *Estado Novo: um auto-retrato*. Brasília: Ed. da UnB, 1983.

_____. *Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Nacional; Rio de Janeiro: Finep, 1979.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. (Org.). *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.

SEGATTO, J. A.; BARIANI, E. A fundação das ciências sociais no Brasil: trajetória histórica e institucionalização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14, 2009, Rio de Janeiro. *Anais ... Sociedade Brasileira de Sociologia*. Disponível em: <http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/10_6_2009_21_17_1.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2009.

SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

TOLEDO, M. R. A. O projeto político cultural da Coleção Atualidades Pedagógicas. In: DUTRA, E. R. F.; MOLLIER, J - Y. (Org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p.335-350.

_____. *Fernando de Azevedo e a cultura brasileira ou as aventuras e desventuras do criador e da criatura*. 1996. 286f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 1996.

VIANNA, L. W. *A Revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.